

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR

Ana Maria de Medeiros Lucas

Doutoranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical
<https://lattes.cnpq.br/2482926203214492>
<https://orcid.org/0000000263669479>
E-mail: anamedeiroslucas@yahoo.com.br

Domingos Francisco da Cruz Neto

Doutorando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical
<https://lattes.cnpq.br/7858343984048438>
<https://orcid.org/0009-0003-6634-077X>
E-mail: domingosjus@hotmail.com

Francisca Brasilina de Oliveira Neta

Doutoranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical
<https://lattes.cnpq.br/3504444937360226>
<https://orcid.org/0009-0002-0521-879X>
E-mail: brasylyna@yahoo.com.br

José Everton Pinheiro Monteiro

Doutorando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical
<http://lattes.cnpq.br/9876236205910952>
<https://orcid.org/0009-0008-1052-0786>
E-mail: jose.1504584@educar.rn.gov

Maria Clediane de Oliveira

Doutoranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical
<http://lattes.cnpq.br/2204960984815879>
<https://orcid.org/0009-0000-1803-9833>
E-mail: cledianeoliveira@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2-05>

RESUMO: O artigo aborda a educação inclusiva no Brasil, enfatizando a importância de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou características, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado. A inclusão escolar foi consolidada a partir de movimentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), que asseguram o direito à educação para pessoas com deficiência e outras especificidades. Contudo, apesar dos avanços legais, o artigo destaca que barreiras estruturais, falta de formação de professores e preconceito ainda dificultam a implementação efetiva da inclusão nas escolas. O texto diferencia integração e inclusão, afirmando que a verdadeira inclusão vai além da presença física dos alunos na sala de aula, promovendo sua participação ativa e equitativa no processo educacional. Entre os principais desafios apontados estão a resistência de educadores a novas práticas pedagógicas, a falta de recursos adequados e a persistência de práticas excludentes, como o ensino separado de alunos com deficiência. A falta de formação continuada dos professores também é um obstáculo relevante. Porém, o artigo também apresenta perspectivas positivas para a superação desses desafios, como o fortalecimento de políticas públicas, a adaptação curricular, a organização de espaços acessíveis e a formação específica de educadores. O objetivo é criar um ambiente escolar

mais inclusivo, valorizando a diversidade e promovendo uma educação equitativa, capaz de formar uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Desafios. Inclusão.

THE CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

ABSTRACT: The article addresses inclusive education in Brazil, emphasizing the importance of ensuring that all students, regardless of their abilities or characteristics, have access to the same learning opportunities. School inclusion was consolidated through international movements, such as the Salamanca Declaration (1994) and the Brazilian Inclusion Law (2015), which ensure the right to education for people with disabilities and other specificities. However, despite legal advances, the article highlights that structural barriers, lack of teacher training and prejudice still hinder the effective implementation of inclusion in schools. The text differentiates integration and inclusion, stating that true inclusion goes beyond the physical presence of students in the classroom, promoting their active and equitable participation in the educational process. Among the main challenges highlighted are the resistance of educators to new pedagogical practices, the lack of adequate resources and the persistence of exclusionary practices, such as separate teaching of students with disabilities. The lack of ongoing training for teachers is also a significant obstacle. However, the article also presents positive perspectives for overcoming these challenges, such as strengthening public policies, curricular adaptation, organizing accessible spaces and specific training for educators. The goal is to create a school environment more inclusive, valuing diversity and promoting equitable education, capable of forming a more just and equal society for all.

KEYWORDS: Education. Challenges. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva nas escolas é fundamental para promover a equidade, respeitar as diferenças e garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Porém a educação inclusiva nem sempre foi tratada como prioridade. O movimento é recente, ganhando engajamento significativo em junho de 1994 com a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Como resultado desse evento, foi formulada a Declaração de Salamanca, destinada a orientar instituições e governos em suas práticas, destacando, entre outras recomendações, que as escolas deveriam acolher tanto crianças com deficiências quanto aquelas com altas habilidades.

A inclusão escolar é um tema crescente e de fundamental relevância para a educação na contemporaneidade, especialmente em um momento em que a diversidade cada dia é mais legitimada e reconhecida como assunto em sala de aula.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Lei nº 13.146/2015 estabelece diretrizes importantes para a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar tais como: direito a educação, educação inclusiva, acessibilidade, formação de professores, currículo flexível, atendimento educacional especializado, participação da família e eliminação de barreiras.

Esses pontos apresentam a responsabilidade que os Estados e Municípios devem ter para que a promoção da educação inclusiva possa garantir que todos os alunos tenham acesso às oportunidades educacionais necessárias para o seu pleno desenvolvimento. No entanto, a concretização dessas garantias encontra muitos desafios que superam a simples presença desses alunos na sala de aula. Entre os principais obstáculos estão as barreiras estruturais, infraestrutura inadequada, métodos de ensino. Além disso falta de formação continuada para professores.

É fundamental destacar que a luta por uma educação de qualidade para as pessoas com necessidades especiais deve estar concentrada nas diretrizes políticas que são estabelecidas para a Educação em sua integralidade, uma vez que entendemos que as políticas de inclusão representam, além de um significativo desafio para o século XXI, uma oportunidade para a construção de um mundo mais humano e igualitário.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pela inclusão escolar e investigar estratégias exitosas, encontradas na revisão bibliográfica, que possam auxiliar na superação dessas dificuldades. Para isso, será realizada uma revisão em artigos, dissertações, teses e revistas existente sobre o tema, bem como uma análise crítica sobre práticas inclusivas que podem ser inovadoras, considerando as limitações das escolas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

No Brasil, a inclusão se mostra garantida através de leis e documentos oficiais que defendem a criação e execução de políticas públicas, com a formação de professores para

a educação inclusiva, para que assim se possa diminuir os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção (Almeida et al., 2007).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 205, *in verbis*:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com sustentáculo na lei maior do país, que garante à educação para todos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 9394/96, em seu capítulo V, trata sobre a educação especial, informando que a educação especial é classificada como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, que, quando necessário, será oferecido apoio especializado para aqueles que apresentarem necessidades especiais, sendo esse dever do estado (Brasil, 1996).

Outro instrumento de garantia do direito à inclusão é a Declaração de Salamanca (1994), que informa que as escolas deveriam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Nos dias atuais, os movimentos em prol da inclusão têm se mostrado mais robustos, uma vez que a população vem se atualizando com relação aos seus direitos, fazendo com que os próprios legisladores venham a criar normas específicas para os casos em que há a necessidade de inclusão dos alunos nas escolas, uma vez que em tempos mais remotos alguns alunos com deficiências eram isolados em suas casas ou em escolas especializadas em crianças com deficiência, como por exemplo a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que segundo a Associação das APAES, nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Que se caracteriza por ser uma organização social, cujo objetivo maior é a promoção da atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla.

DESAFIOS DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

A inclusão no ambiente escolar tem sido um tema muito discutido na contemporaneidade e, nos últimos anos, vem se consolidando no cenário nacional e

internacional por meio de políticas educacionais e dispositivos legais que têm como objetivo a implementação de uma educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes tenham o direito de acesso à educação e possam desenvolver suas potencialidades, independentemente de suas particularidades ou características.

Segundo Mantoan (2005, p. 96), “Inclusão é a nossa capacidade de entender o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”, sendo assim, “é para o estudante com deficiência física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer motivo”.

Apesar de sua abrangência e importância, a inclusão no ambiente escolar tem sido um dos maiores desafios enfrentados atualmente, uma vez que mesmo com o notório avanço desse campo nas últimas décadas, ainda podemos observar uma grande distância entre a teoria e a prática e há muitas barreiras a serem transpostas nas mais diversas esferas para que, de fato, tenhamos uma educação inclusiva, abrangendo desde a prática pedagógica e os agentes educativos, como também a estrutura e o funcionamento das instituições de ensino.

Nesse sentido, Freire (2008) aponta alguns entraves que constituem verdadeiros desafios para a prática de uma educação igualitária e inclusiva, tais como: as atitudes e crenças dos agentes educacionais que, muitas vezes, acabam se opondo aos princípios almejados; a falta de formação e de competências dos educadores, aspectos curriculares e organizacionais e, por último, a definição pouco precisa do termo inclusão.

No tocante às atitudes e crenças dos agentes educacionais, sabemos que as dos educadores exercem um grande impacto na prática educativa. Entretanto, como aponta Freire (2008), ainda há muita resistência em relação ao novo. Se, por um lado, isso pode ser entendido como um ponto natural que faz parte de todo processo de mudança, por outro nota-se também que alguns profissionais consideram que seu método é o mais adequado e não aceitam mudar o comportamento ou a metodologia, evidenciando uma grande discrepância entre sua prática e os princípios de uma educação inclusiva.

Outro ponto que merece destaque, mas que está intrinsecamente relacionado ao anterior, diz respeito à falta de formação e capacitação dos professores. Em primeiro

lugar, é possível perceber que muitos professores ainda se sentem despreparados para trabalhar com a diversidade e para enfrentar os inúmeros desafios presentes na sala de aula, seja porque não teve uma formação inicial suficiente, seja pela falta de cursos de atualização ou de formação continuada voltados para uma educação inclusiva ou mesmo em decorrência da falta de apoio especializado que possa dar o suporte necessário para adquirir as competências e habilidades imprescindíveis nesse processo.

A consequência ou o resultado da ausência de formação específica pode ser observado através de práticas inadequadas que desconsideram a diversidade e as diferenças individuais. Além disso, sabemos que ainda há muitos resquícios de um modelo tecnicista que desconsidera a pluralidade e a inclusão, no qual muitas vezes ainda quer predominar uma homogeneização baseada em certo padrão de normalidade. No caso da Educação Especial, por exemplo, isso se verifica quando o aluno com deficiência é atendido de forma separada dos demais estudantes ou, indo mais além, quando há o pensamento carregado de preconceito de que a presença do desse aluno na sala de aula pode atrapalhar a aprendizagem dos demais.

A esse respeito, Ropoli *et al.* (2010) afirma o seguinte:

é frequente a escola seguir outros caminhos, adotando práticas excludentes e paliativas [...] elas se apropriam de soluções utilitárias, prontas para uso, alheias a realidade de cada instituição educacional. Essas práticas admitem: ensino individualizado para os alunos com deficiência e/ou problemas de aprendizagem; currículos adaptados; terminalidade específica; métodos especiais para ensino de pessoas com deficiência; avaliação diferenciada; categorização e diferenciação dos alunos; formação de turmas escolares buscando a homogeneização dos alunos.

Diante disso, é como se, na ausência de conhecimento adequado para lidar com a diversidade e com estratégias que possam tornar a sala de aula um espaço inclusivo e acolhedor, fossem adotadas medidas paliativas em que o estudante está presente na sala de aula, junto com os demais, mas continua sendo excluído e tratado como diferente. Segundo Mantoan (2003, p. 27), encontramos um meio para facilitar “fazendo o mesmo que se fazia antes, mas sob uma outra designação ou em um local diferente, como é o caso de se incluir crianças nas salas de aula comuns, mas com o *staff* do ensino especial por detrás”, assim, continuamos reproduzindo um modelo excludente, continuam “os

modos de discriminar os alunos que não damos conta de ensinar e de nos escondermos de nossas próprias incompetências (Mantoan, 2003)

Outro ponto mencionado por Freire (2008) como uma das barreiras para uma educação inclusiva que vem ao encontro dos pontos discutidos diz respeito ao currículo escolar. Ainda predomina uma concepção tradicional do currículo escolar e uma visão homogênea da aprendizagem. Assim sendo, permanece toda uma preocupação com a avaliação do rendimento escolar, com o que ensinar e com a realização de atividades e avaliações.

Todos esses desafios mencionados sintetizam um dos maiores entraves para uma educação inclusiva (Freire (2008): a definição pouco precisa do conceito de inclusão. Mantoan (2010) apresenta a diferença entre os dois termos afirmando que no processo de integração o aluno tem a oportunidade de transitar no sistema escolar em qualquer ensino, seja regular ou especial, e ter qualquer tipo de atendimento, mas trata-se apenas de uma inserção parcial, uma vez que o estudante continua segregado em relação aos demais.

Já o processo de inclusão “não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa [...] As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos” (Mantoan, 2003, p. 16). Nessa perspectiva, enquanto na integração a principal preocupação é apenas com o acesso do estudante à escola, na inclusão é com o acolhimento de todos os estudantes buscando atingir uma educação com equidade e qualidade, de modo a “garantir que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças, acessem a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas” (Freire, 2008, p. 9).

Como pudemos perceber, apesar da existência de diretrizes, de legislação específica, bem como de todas as discussões que vem sendo realizadas, é notório que ainda há muitos desafios a serem enfrentados para que tenhamos uma educação inclusiva, pois de nada adianta todas as garantias e dispositivos legais se eles não forem colocados em prática, eliminando as barreiras que se encontram, seja no campo estrutural, pedagógico ou cultural. Para Mantoan (2003), o modelo atual experimenta sinais de esgotamento, acompanhado de uma crise paradigmática, então não pode continuar

ignorando as mudanças que ocorrem na sociedade e continuar segregando e marginalizando as diferenças.

PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Pensar em perspectiva e possibilidades no campo educacional, é compreender que o ser humano busca mudanças e conhecimento do processo de aprendizagem, no qual o indivíduo está inserido.

Este artigo direciona um entendimento acerca de uma educação inclusiva considerando o aumento de PCD (pessoas com deficiência); e outras especificidades de exclusão no âmbito escolar. Nesse contexto a educação teve um avanço considerável, fazendo valer os direitos constitucionais a partir do art. 5º da constituição brasileira que diz: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...).

Partindo desse pressuposto, podemos falar de perspectiva e pensar em projeção com um olhar de possibilidades, revisitando o ontem na viabilidade do hoje, com um direcionamento no futuro que possa contribuir para uma educação emancipatória para todos, assegurado pela lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Art. 1º que diz: Serão punidos na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça. Cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Diante disso, podemos perceber que as perspectivas de inclusão educacional e social são diversas, partindo do princípio que a escola conceitue e adote a operacionalização a partir de uma organização documental e estrutural que possa ampliar a inclusão como um todo e não se limitar as pessoas com deficiência, buscando cada vez mais a construção de uma sociedade equânime e um espaço de humanização para todos os sujeitos.

A educação inclusiva é abrangente, e algumas mudanças ocorreram como a retirada da definição do decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, deixando valer a definição da lei brasileira de inclusão nº 13.146/ 2015, que diz: “assegurar e promover,

em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a inclusão social e cidadania”. Deste modo, promover uma cultura inclusiva sem preconceito de qualquer especificidade, é fundamental para o exercício pleno de uma cidadania.

Nesse sentido, no âmbito escolar os serviços ofertados são perceptíveis, desde o professor de libras, profissional de apoio escolar, atendimento educacional bilíngue, formação de professores com temáticas inclusivas, a organização dos espaços que se refere a acessibilidade e organização de currículo inclusivo, para a construção de uma sociedade igualitária. São avanços que enraíza mudanças, e potencializa o perfil do sujeito atuante e inclusivo.

Diante desses avanços existentes no âmbito escolar, podemos perceber que os desafios são acentuados, mas as possibilidades de melhoria são visíveis. Porém, é necessário mais políticas públicas atuantes; organização de trabalho com as famílias e comunidade; adaptação de currículos voltado para inclusão; organização de tempo em sala de aula. Esses dados traz uma perspectiva prévia de possibilidades que oportuniza a inclusão e o respeito pelas diversidades existentes do espaço vivencial, como também, o desenvolvimento de modalidades que possam participar a partir de habilidades desenvolvidas em cada especificidade. Porém, é importante, que esses elementos passem por uma releitura do projeto político pedagógico, alinhado a multiculturalidade, transdisciplinaridade e o currículo escolar na perspectiva de uma educação inclusiva, considerando a história de vida do indivíduo numa interação coletiva que envolva os pais e a comunidade como um todo.

Portanto, as perspectivas e possibilidades na inclusão educacional não se limitam ao PCD, mas amplia um campo de oportunidades para inclusão de todos, seja raça, etnia, e religião entre outras, garantindo cada vez mais o indivíduo pertencente e atuante em pé de igualdade, sem discriminação no contexto social em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a importância da inclusão educacional no Brasil, seus desafios, avanços e as perspectivas para um futuro mais inclusivo. Observamos que a

educação inclusiva, embora consolidada como um direito fundamental por meio de leis e documentos internacionais, ainda enfrenta obstáculos significativos para sua efetivação nas escolas. A falta de formação continuada dos professores, a resistência de alguns educadores a mudanças e as barreiras estruturais e pedagógicas continuam a ser desafios cruciais para que a inclusão de fato aconteça de maneira plena.

Contudo, o movimento de inclusão tem se fortalecido ao longo dos anos, refletido em legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que garantem direitos e condições para o acesso e permanência de todos os alunos, especialmente os com deficiências, no sistema de ensino regular. A Declaração de Salamanca também é uma importante referência, reforçando a necessidade de adaptação das escolas para o acolhimento da diversidade, promovendo uma educação que atenda a todos, sem distinção.

Embora os desafios ainda sejam muitos, as possibilidades de melhoria são visíveis, e a implementação de práticas inclusivas mais efetivas é uma tarefa contínua que envolve a participação ativa de educadores, gestores escolares, alunos, famílias e a comunidade. É essencial que as escolas se adaptem não apenas fisicamente, mas também em termos de currículo e metodologias pedagógicas, para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características ou dificuldades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A inclusão educacional deve ser compreendida de maneira ampla, indo além do atendimento a alunos com deficiências, para abarcar todas as formas de diversidade presentes nas escolas. Dessa forma, será possível construir um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e transformador, capaz de oferecer oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes.

A reflexão sobre a inclusão na educação deve ser contínua, e os avanços alcançados devem ser constantemente avaliados para que a educação inclusiva, de fato, contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As políticas públicas, o engajamento de todos os envolvidos e a adaptação dos espaços escolares são

fundamentais para que possamos transformar a teoria da inclusão em prática efetiva no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. *Educação (UFMS)*, Santa Maria, v.32, n.1, p.327-342, 2007.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

COELHO, Carlos. A educação no futuro. *Informativa educacional, desafios para educação 2014*. Ano VII N° 27 P.19

DELORS, I. A reprodução social. São Paulo, Vozes, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: https://www.feapaesp.org.br/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAgJa6BhCOARIsAMiL7V_D4uGZdqcgIwe0DeePsnP12IVieZGvRMkfSnJZ_nh-6j2rK6JMXooaAsoGEALw_wcB. Acesso em 26 nov. 2024

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. *Revista da Educação*, n.º 1, p. 5-20 jan. 2008.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*, Rosângela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2005.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 51p.

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: abril de 2025.